



# IX CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

## Portugal, território de territórios

---

ÁREA TEMÁTICA: Teorias e Metodologias [AT]

---

**ACÇÃO PÚBLICA, INDIVIDUAÇÃO E AGIR POIÉTICO: CONTRIBUTOS PARA UMA SOCIOLOGIA À ESCALA DO TERRITÓRIO LOCAL**

---

MARTINS, João Eduardo

Doutorado em Sociologia pela FCSH da Universidade Nova de Lisboa

Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, [jrmartins@gmail.com](mailto:jrmartins@gmail.com)

---

#### Resumo

Procura-se com esta comunicação fazer uma reflexão teórica a partir da análise sociológica dos modos de apropriação local de uma medida de política pública de educação básica de adultos, implementada em Portugal, à escala do território nacional; a Iniciativa Novas Oportunidades. Explora-se a pertinência analítica de um triplo movimento teórico em curso na teoria sociológica contemporânea, em diferentes domínios de análise, para os articular entre si na inteligibilidade social das políticas públicas à escala do território local. O movimento que vai da análise das políticas públicas a uma sociologia política da acção pública, com centralidade no conceito de acção pública. O movimento que se desloca de uma sociologia da socialização para uma sociologia da individuação com centralidade no conceito de *épreuve*. O movimento de uma sociologia da acção que se desloca para a compreensão de um agir social num contexto de subida das incertezas com centralidade do conceito de *agir poético*, significando este, um agir que resulta do fazer que decorre da produção da acção enquanto ela se produz. Desenvolve-se desta forma uma reflexão teórica que decorre da busca da compreensão da acção pública à escala local, centrada numa sociologia dos indivíduos, num contexto de instabilidade estrutural.

#### Abstract

With this communication, we intend to carry out a theoretical reflection from a sociological analysis of the local appropriation modes of a public policy measure on adults' basic education, the Iniciativa Novas Oportunidades, implemented in Portugal at a national territory scale. We explore the analytical relevance of an ongoing triple theoretical movement in the contemporary sociological theory, at different fields of analysis, in order to articulate one another in the social intelligibility of public policies at a local territory scale. These being, the movement which goes from the public policies analysis to a political sociology of public action, with centrality on the public action concept; the movement which shifts from a sociology of socialization to a sociology of individuation, with its centrality in the *épreuve* concept; the movement of a sociology of action which shifts to the understanding of a social action in a context of rising uncertainties, with its centrality in the poetical action concept, meaning the later, an acting resulting from making, which derives from the production of the action while it produces itself. In this way, we develop a theoretical reflection which arises from the search for understanding of the public action at a local scale, centred on an individuals' sociology within a structural instability context.

Palavras-chave: Acção Pública; Sociologia da Individuação; Agir Poético

Keywords: Public action; sociology of individuation; poetical action

[COM0119]



## Introdução

A análise das políticas públicas é marcada no seu historial pelo domínio hegemónico de um paradigma analítico que as conceptualiza a partir de cima numa visão *top down* por uma perspectiva sequencialista que teve como principal preocupação aferir da eficácia e da eficiência de políticas que são decididas pelo topo do aparelho governativo numa lógica linear da compreensão dos seus impactos. Trata-se de uma concepção assente numa racionalidade gestonária e estadocêntrica desenvolvida a partir das *Policy Sciences* norteamericanas e que vai ser importante no arranque do estudo, da análise e da pilotagem das políticas públicas estatais. O modelo analítico que é o centro da nossa reflexão neste texto rompe com esta concepção de análise das políticas públicas para propor um modo de inteligibilidade da acção pública em nosso entender mais adequado às transformações do mundo contemporâneo, quer no modo como os Estados são constrangidos a abrir a produção e a implementação das políticas a um conjunto de actores que vão muito para além da esfera pública, estilhaçando deste modo as fronteiras entre público e privado; quer nas próprias relações dos Estados com organismos supranacionais não estatais que lhes retiram capacidade de decisão autónoma e soberana, complexificando o jogo das interdependências de actores com capacidade de influenciar as políticas, quer ainda no modo como novos actores com capacidade de acção colectiva à escala local participam hoje decisivamente na produção societal exigindo frequentemente serem considerados actores de corpo inteiro na participação das políticas de que frequentemente são um alvo preferencial. Partindo do modelo teórico mobilizado na análise empírica de um programa de políticas públicas de educação e formação de adultos implementado em 2005 na sociedade Portuguesa (Martins, 2014) onde se procura compreender os modos de apropriação desse mesmo programa pelos técnicos que têm a seu cargo a responsabilidade de o implementar propomos um olhar analítico a partir de baixo, numa lógica predominantemente *bottom-up*, que mobiliza de forma articulada uma sociologia política da acção pública (Hassenteufel, 2008); a sociologia da individuação de Martuccelli (2006) e o conceito de agir poiético de Soulet (2006). Trata-se de uma investigação qualitativa que procurou numa lógica da descoberta compreender de forma aprofundada como uma determinada medida de política era apropriada, as lógicas de acção e as racionalidades com que os actores a implementam nos terrenos empíricos onde trabalham e os sentidos que atribuem à mesma. O modelo teórico trifacetado que aqui trazemos à reflexão não pretende de maneira nenhuma ser proposto como um modelo analítico a ser testado em qualquer investigação empírica futura no domínio da produção da acção pública mas pretende sim trazer à luz da discussão sociológica um conjunto de olhares teóricos que nos parecem de forte potencialidade heurística enquanto conceitos sensibilizantes da compreensão e análise sociológica dos terrenos da acção pública tal como ela hoje é fabricada num contexto de grandes incertezas, de forte complexidade nas suas teias de interdependência sociais e de uma sociedade que é atravessada por dinâmicas intensas de standardização e de singularização do social.

### 1. Da Análise das Políticas Públicas à Sociologia Política da Acção Pública

As políticas públicas são omnipresentes nas sociedades contemporâneas e são determinantes na produção e reprodução das sociedades e na fabricação dos indivíduos. As regras que constroem o trabalho, o emprego e a assistência no desemprego; os modos como a educação, a formação e os processos de escolarização são regulados, com os indivíduos e as suas famílias a passar cada vez mais tempo das suas vidas ligados às instituições educativas; a regulação das questões ambientais; a alimentação; os transportes; a segurança rodoviária; a prática desportiva e o lazer; a vida nas cidades; são apenas algumas esferas da vida social que são fortemente condicionadas pelas políticas públicas postas em prática numa determinada sociedade e que participam activamente na produção social dos indivíduos. Cada um de nós nas sociedades contemporâneas desde que nasce até que morre está dependente das políticas de família, nasce provavelmente no interior de uma determinada instituição hospitalar, frequenta o pré-escolar na zona territorial em que habita, e até na

hora da morte a regulação das políticas públicas estatais lhe vai bater à porta. A análise das políticas públicas, do Estado em acção (Jobert e Müller, 1987) e do Estado em concreto (Padioleau, 1982) tornou-se assim um aspecto fundamental da compreensão das transformações do papel do Estado na vida societal contemporânea e das mutações na natureza do político e da regulação da vida em sociedade. As políticas públicas podem ser definidas como as *polícies da polity* uma vez que são constituídas pelos programas de acção seguidos pelas autoridades estatais para regular a vida dos indivíduos em sociedade. Jean Claude Thoening depois de ter encontrado mais de quarenta definições do termo política pública diz-nos que “*uma política pública apresenta-se sobre a forma de um programa de acção própria a uma ou várias autoridades públicas ou governamentais*” (Thoening in Hassenteufel, 2008:7). A reflexão sobre as políticas públicas surge enquadrada pelo domínio das *Policy Sciences*, hegemónicas em meados do século XX na sociedade Americana e nasce com a dupla preocupação de, por um lado, produzir um conhecimento positivo sobre a intervenção do Estado e, por outro lado, com uma preocupação normativa de racionalização da acção pública Estatal. Marcada por uma concepção estadocêntrica e por um paradigma analítico em que predominam as abordagens sequenciais onde se procura analisar as políticas produzidas pelo Estado a partir de cima (*top down*) numa lógica linear, este modo de análise das políticas públicas viria a sofrer fortes críticas desde logo no âmbito das teorias da decisão, com destaque para os contributos de Simon (1945) em torno da racionalidade limitada e também da sociologia das organizações que vem pôr a nú a complexidade da implementação das políticas nos níveis intermédios da acção do Estado, as estratégias dos actores, as relações de poder, as dinâmicas internas às lógicas do círculo vicioso da burocracia (Crozier, 1964, Crozier e Friedberg, 1977) e da acção organizada. Muitos outros trabalhos vieram chamar a atenção para a importância de como as políticas são apropriadas pelos actores no momento em que elas são implementadas e as próprias transformações societais que provocam alterações profundas na actuação do Estado e no modo como se produzem as políticas públicas vão levar a novos olhares na análise científica das políticas. É esse movimento que procuramos aqui destacar e que passa por uma deslocação de uma concepção analítica em termos de análise das políticas públicas para uma concepção em termos de análise da acção pública, com uma pertinência acrescida de uma sociologia política da acção pública. Num contexto de globalização financeira e de enfraquecimento da soberania dos Estados, de europeização das políticas públicas e de uma forte pressão das políticas neoliberais sobre o Estado Social (Jobert, 1994), o Estado passa a ser pressionado por cima por actores internacionais e transnacionais e por baixo pela sociedade dita civil e pelos movimentos sociais. Isso produz uma alteração profunda no modo como leva a cabo as políticas e o modo como passa a ter que mobilizar uma enorme diversidade de actores para poder concretizá-las. Maior complexidade do jogo da acção pública, maior diversidade e heterogeneidade de intervenientes, maior complexidade dos dispositivos, maior interpenetração dos diferentes níveis e escalas de actuação. A obra de Hassenteufel (2008) em torno da proposta de uma sociologia política da acção pública é bem ilustrativa dessa profunda transformação.

*“A evolução da análise das políticas públicas para uma sociologia política da acção pública corresponde à passagem do conceito em termos de produção estatal das políticas públicas ao conceito em termos de construção coletiva da acção pública. A sociologia política da acção pública assenta sobre a análise contextualizada das interações de actores múltiplos e interligados a vários níveis, do local ao internacional, passando pela União Europeia, permitindo desta forma pensar as transformações dos Estados contemporâneos.”* (Hassenteufel, 2008:23)

À medida que as políticas públicas sofrem as suas transformações, o olhar analítico sobre as mesmas vai em simultâneo sofrendo as suas modificações.

- O peso crescente atribuído às interações dos actores responsáveis pela implementação das políticas públicas decorre em paralelo com a multiplicação dos seus intervenientes;
- A crescente complexidade da divisão social do trabalho da acção pública;

- A interpenetração cada vez mais complexa entre os níveis locais, regionais, nacionais e supranacionais da decisão pública;
- O esbatimento de fronteiras entre “*público*” e “*privado*”;
- As mudanças nos modos de regulação estatal;
- e o papel cada vez mais central das políticas procedimentais e incitativas. (Martins, 2014:53)

Isto faz com que a expressão “*políticas públicas*” no interior da comunidade científica seja cada vez mais posta de lado, em detrimento da noção de “*acção pública*”. Não se trata apenas de uma mera resignificação semântica pois redefine o modo de conceber a análise das políticas públicas. A expressão “*acção pública*” permite pensar o surgimento das políticas públicas menos estatocentricas a partir dos seus múltiplos níveis de construção (idem: 54).

O estudo das políticas públicas sobre o prisma da acção pública implica assim reconhecer:

- O redimensionamento do espaço e a ampliação dos actores das políticas públicas;
- Uma maior heterogeneidade de actores em interdependência na produção e na implementação das políticas com lógicas de acção múltiplas e por vezes de sentido ambivalente e contraditório;
- O rompimento com as visões lineares e verticais dos processos de governo (Carvalho, 2015).

A investigação que realizámos em torno dos sentidos, das lógicas de acção e dos modos de apropriação do programa de política pública designado por Iniciativa Novas Oportunidades no que toca ao eixo dos adultos permitiu compreender a complexidade, a heterogeneidade e a rede de actores envolvidos na produção da política com actores directamente ligados com a autoridade dependente do poder do Estado mas em que também intervêm na concretização da política entidades com um perfil tão díspar tais como as escolas, os Centros de Formação Profissional sob tutela do IEFP, sindicatos, autarquias, empresas privadas, associações de desenvolvimento local, etc. Entidades públicas e privadas, com lógicas de acção heterogéneas e até contraditórias entre si articuladas num jogo complexo de racionalidades múltiplas com a finalidade de pôr em prática a construção da acção pública encarada esta como uma produção colectiva. Também os actores encarregues da implementação da medida, os formadores, os técnicos de reconhecimento e validação de competências, os mediadores dos cursos EFA ou os coordenadores dos Centros Novas Oportunidades constituem uma realidade altamente heterogénea nas suas trajectórias académicas e profissionais, na experiência e condição profissional, na ligação aos sectores público ou privado, nas ligações temporais ao projecto de formação de adultos em que estão envolvidos, nas concepções pedagógicas que valorizam, nos sentidos que atribuem à medida. Pensar a acção pública a partir de baixo (*bottom-up*) levanta assim novos desafios aos sociólogos e demais cientistas sociais.

## **2. Da Sociologia da Socialização à Sociologia da Individuação: A centralidade do operador analítico Prova**

Um outro movimento teórico recente na sociologia e quanto a nós de elevada pertinência na análise da acção pública é o que se desloca no sentido de uma sociologia da socialização em direcção a uma sociologia dos indivíduos (Martuccelli e Singly, 2012) e dentro desta constelação complexa, para o modelo analítico que é aqui objecto da nossa reflexão, em direcção a uma sociologia da individuação (Martuccelli, 2006). François Dubet e Danilo Martuccelli são dois dos autores que partem da ideia e da constatação de termos vindo a assistir no desenvolvimento das sociedades modernas e contemporâneas à crise da ideia de sociedade (Dubet, 1996:14). Actor e sistema separam-se e já não são percebidos/representados como mantendo uma relação de correspondência unívoca (Dubet, 1996). Martuccelli refuta uma concepção de sociologia assente no modelo do personagem social e recusa o modelo analítico hegemónico centrado sobre uma sociologia posicional (Martuccelli, 2006). Na sua obra “*La Société Singulariste*” põe em evidência uma tendência estrutural de

subida da singularidade com evidentes implicações teóricas segundo este autor, no sentido da necessidade da passagem do reconhecimento sociológico do individualismo, ao reconhecimento sociológico do singularismo. O singularismo vem pôr em prática uma nova dinâmica societal entre o singular e o comum (Martuccelli, 2010) e a conseqüente necessidade sociológica de se reconhecer a singularização crescente das trajectórias e das existências individuais e isto mesmo quando os actores ocupam posições sociais similares. Como salienta Martuccelli (2007:74);

*“(...) as sociedades contemporâneas são o teatro de um novo individualismo institucional que estandariza fortemente, como Ulrich Beck bem o sublinhou as etapas da vida”,*

Mas apesar disso chama o autor a atenção de que,

*“(...) este processo não passa pelo filtro de uma injunção única e comum de individualização, mas pelo contrário difracta-se por um número crescente de provas de diferentes tipos e natureza segundo os domínios e posições sociais. Dito de outra forma é necessário construir operadores analíticos capazes, num e só mesmo movimento, de dar conta ao mesmo tempo de tendências simultâneas e contraditórias sobre a estandardização e a singularização” (Idem: 74).*

Em “*Forgé Par L'Épreuve*” Martuccelli já tinha dado centralidade analítica ao operador analítico *prova* que define da seguinte maneira;

*“As provas são os desafios históricos, socialmente produzidos, desigualmente distribuídos, que os indivíduos são constrangidos a enfrentar” (Martuccelli, 2006: 12)*

As provas têm quatro grandes características:

- Elas são inseparáveis de uma narrativa particular, a de pôr a prova, o que permite dar um espaço ao indivíduo na tradição sociológica;
- Toda a prova aparece como um exame, um teste (frequentemente não formalizado) com o qual cada um de nós se confronta e através do qual se efectua uma selecção social;
- É próprio de cada prova o desafiar a nossa resistência e as nossas capacidades de lhe fazer frente, o que remete para uma concepção particular de actor;
- Por fim, as provas designam os grandes desafios sociais às quais são submetidos de maneira constrangente os indivíduos e que são variáveis em função das sociedades e dos períodos históricos (Martuccelli, 2006: 4; Martins, 2014: 94).

A sociologia das provas remete para uma concepção particular de actor social:

- O actor é aquele que tem a capacidade de agir de outra forma – É pelo agir face a uma prova que o indivíduo se singulariza. É dando uma resposta pessoal a uma prova comum, que ele se torna um actor singular;
- O actor é aquele que se mede em relação a um desafio – face aos desafios históricos e sociais com se defronta, comuns a todos os indivíduos, o actor mede-se em relação a essa mesma prova comum;
- O actor é aquele que se sente no pôr à prova – Uma prova é sempre qualquer coisa que é sentida de forma íntima, subjectiva, pelos actores sociais. O seu sentir social através do vivido da situação, é o fundamental ponto de partida para a compreensão de uma determinada significação societal.
- A prova é sempre enquadrada a partir de uma determinada ecologia social. A capacidade de agir do actor não pode ser compreendida sem levar em conta a maleabilidade da vida social, porque só esta permite perceber a capacidade dos actores serem capazes de agir de outra maneira (Martuccelli, 2010; Martins, 2014: 94). Martuccelli (2006, 2010) destaca a importância para a análise das provações dos actores, do levar em conta as ecologias sociais a partir das quais estes enfrentam o mundo social. A abordagem de uma sociologia

da individuação, a fim de ser operacional, deve restringir-se a um número limitado de provas, julgadas particularmente significativas face a uma determinada realidade histórica e social concreta. Uma sociologia da prova procura assim dar conta de um sistema estandardizado de provas pelo qual se constitui um modo de individuação dando conta ao mesmo tempo da difracção normativa pela qual o social é de forma plural apropriado pelos indivíduos.

Não se limitando a ser uma mera sociologia das subjectividades individuais uma vez que se trata de uma macrosociologia estamos perante uma sociologia que parte das existências individuais mas cujo cerne do seu objecto é a compreensão de como uma determinada sociedade num determinado contexto socio-histórico fabrica determinados tipos de indivíduos. Foi isso o que procuramos fazer na análise da apropriação do programa de políticas públicas Iniciativa Novas Oportunidades onde demos prioridade aos sentidos, às representações e ao modo como os actores enfrentaram os desafios da implementação da medida. Destacamos aqui quatro tipos de tensões e contradições na apropriação do programa que os modelos culturais (Hiernaux, 1997) identificados permitiram compreender.

Uma primeira tensão entre uma lógica de massificação e uma lógica de singularização, com o topo do campo burocrático a impor a massificação da medida e a exigir o cumprimento de metas quantificadas de larga escala e com os actores no terreno responsáveis pela implementação da medida a terem um trabalho de difícil conciliação entre a adesão ao objectivo da quantidade e a necessidade de fazer um trabalho no singular centrado no reconhecimento, validação e certificação de competências de cada trajectória de cada adulto individualmente.

Relembramos que cada portfólio reflexivo de aprendizagens tem que reflectir a experiência de vida de cada um dos aprendentes que passa pela Iniciativa na sua singularidade. Uma segunda tensão estreitamente relacionada com a primeira que remete para as diferentes temporalidades da acção pública consoante o nível em que a medida de política pública é apreendida. Uma lógica de tempo curto emanada da racionalidade estatal, trata-se de certificar o maior número de indivíduos no menor tempo possível.

Recorde-se que os recursos humanos e financeiros atribuídos aos Centros Novas Oportunidades estavam na estrita dependência do cumprimento das metas estabelecidas numa dada temporalidade. Por outro lado, o tempo médio ou mesmo longo necessário a um trabalho de qualidade com cada adulto que quer ver reconhecidas, validadas e certificadas as suas competências adquiridas ao longo da sua vida e em que, por exemplo, a complexidade de um processo de reconhecimento, validação e competência ao nível do Ensino Secundário pode não o tornar compatível com as exigências de um tempo curto.

O tempo é aqui sentido como um constrangimento para os profissionais. Uma terceira tensão entre uma lógica de universalização e uma lógica de selectividade com a primeira a defender a ideia de um programa inclusivo e aberto a todos os que a escola não permitiu uma igualdade de oportunidades nos seus trajectos escolares e a segunda a defender que o programa deve estar aberto só para alguns dos adultos que acedem à medida, precisamente aqueles que pelas suas trajectórias de vida estariam em condições de fazer um processo de RVCC.

E por último, uma tensão entre uma lógica *poiética* reivindicada pelos actores que no terreno têm a tarefa de quotidianamente implementar a medida e uma percepção de uma lógica *autopoiética* emanada no topo do Estado que não leva em conta as racionalidades complexas exprimidas pelos primeiros (Martins, 2014).

No primeiro modelo identificado existe a percepção de que os actores que comandam a medida no topo do campo burocrático não fazem uma escuta activa de quem trabalha no terreno e defende-se uma lógica de construção colectiva da acção pública.

No segundo modelo o Estado que na abertura e condução da medida não pode dispensar uma enorme diversidade de actores e entidades públicas e privadas para a concretizar passa a determinado momento a actuar numa lógica predominantemente *top-down* o que é sentido pelos principais intervenientes nos terrenos



empíricos como um desperdício do saber local e poderíamos interpretar nós, apoiados num célebre ensaio de Michel Crozier (1995) como uma crise de inteligência do poder governativo e da racionalidade Estatal.

- A sociologia da individuação é uma **macrossociologia** assente num esforço sociológico de **extropecção**

### 3. Compreender a acção num contexto de subida das incertezas: O conceito de agir poiético

Um terceiro desenvolvimento teórico que compõe o modelo analítico aqui em reflexão é o proposto por Soulet (2006) em torno do conceito de *agir poiético*. Trata-se de uma leitura do agir em sociedade particularmente adequada no entender do autor (e em nosso entender também) a um contexto de acção marcado pela incerteza. Esta modalidade de acção distingue-se, por um lado, da racionalidade utilitarista, sinóptica e apriorista que marca as teorias da escolha racional e por outro lado, das teorias marcadamente culturalistas da acção social em que predomina uma concepção hipersocializada de actor social. A *acção poiética* é um tipo de acção em que o resultado da acção não é determinada à partida de uma vez por todas mas em que à maneira de um agir criativo a produção da acção resulta do fazer da própria acção.

*“Falar de uma acção orientada pela acção significa mobilizar uma leitura da acção entendida como poeisis e realçar a designação do fazer como produção da acção. Por outras palavras, a acção, num contexto que torna difícil um agir finalizado (com vista a um fim), e problemático um agir conforme, tem como principal característica a de ser criadora das finalidades da própria acção, isto é, criadora da sua finalização e da sua legitimação.”* (Soulet, 2006:32)

Haenni-Emery e Soulet (2006:4) traçam três quadros de acção associados a diferentes naturezas do agir social que permitem, pela análise das suas marcadas diferenças, perceber de forma clara o que caracteriza a acção num contexto de in-quietude. Num contexto de estabilidade estrutural (a instituição total) de que a burocracia pode ser um bom exemplo, predomina o constrangimento normativo marcado pela presença excessiva de regras no ordenamento da vida quotidiana, uma crença na continuidade inabalável do cimento do mundo, em que o mundo é percebido como *“indo por si”*, há uma relação ao futuro em que predomina a certeza de que a estabilidade é a norma e portanto, agir supõe seguir as certezas das rotinas do dia-a-dia e a natureza do agir em sociedade é caracterizada por um agir conforme. O segundo quadro de acção caracterizado pelos autores remete para um contexto de acção marcado pela instabilidade instável (a instituição instituinte); aqui estamos perante um cenário marcado pela presença, suficiente mas não excessiva de regras que organizam a vida em sociedade, a relação ao futuro produz-se a partir de uma incerteza relativa e assente numa relação de confiança face às instituições, agir supõe jogar com o risco para o controlar e a natureza do agir social remete para um agir predominantemente estratégico. O terceiro quadro de acção remete para um contexto de instabilidade estrutural (a instituição incerta), Trata-se de um contexto marcado pelo deficit de regras e de regulações normativas. Na relação ao futuro predomina a certeza de que tudo é incerto. Há uma desconfiança em relação às instituições. Agir supõe reduzir a incerteza e a natureza do agir social é caracterizado pela acção *poiética*. Reduzir a incerteza, torna-se, perante um contexto deste tipo, o principal motor da acção, a sua finalidade principal.

*“As características de um contexto deste tipo encerram neste sentido a acção num prazo muito curto e impedem toda a projecção, inclusivamente num futuro próximo. A incerteza, enquanto quadro de acção, impede o actor de identificar as regras do jogo e fazendo isto, priva-o de um quadro normativo claro sobre os quais os recursos do agir se fundam habitualmente. Desde logo, torna-se praticamente impossível de prever os resultados da sua acção assim como a acção do outro em retorno.”* (Haenny-Emery e Soulet, 2006:5)

Os autores dão como exemplo de uma categoria social confrontada com o desafio de agir num contexto de instabilidade estrutural os trabalhadores sociais, de que os assistentes sociais são um exemplo particular. Estes têm como provação fundamental o facto de experimentarem quotidianamente a incerteza nos seus

contextos de trabalho sendo característica central do seu agir a necessidade de lidar com a ausência de regras (ou com regras ambíguas e fracamente estruturadas e estruturantes) e de suportes para a sua acção, o que faz com que tenham numa lógica *poiética* de investir-se de corpo e alma na produção da acção.

É também o caso dos formadores de educação e formação de adultos responsáveis pela implementação do programa de políticas públicas Novas Oportunidades. A sua acção está marcada por um contexto de múltiplas incertezas. A incerteza face ao resultado do seu trabalho com o outro (Astier, 2003) e sobre o outro (Dubet, 2002) com o qual se faz um trabalho que se quer de plena integração no tecido social.

A incerteza ao nível da sua identidade profissional muitas das vezes incerta, ambígua e híbrida e dependente de um campo ocupacional fragilmente constituído, o campo da educação e formação de adultos; e a incerteza associada à descontinuidade histórica das políticas de educação de adultos em Portugal que oscila ao sabor das vontades políticas conjunturais.

Também a construção curricular nos cursos de educação e formação de adultos no âmbito do programa Novas Oportunidades é um contexto de acção adequado a uma leitura da construção e da inteligibilidade do social a partir do conceito de acção *poiética*. Quer a planificação quer a articulação do trabalho pedagógico conjunto é feito num contexto muito pouco estruturado em que formadores e adultos em formação produzem o currículo num trabalho *poiético* articulado em conjunto que tem em conta a experiência de vida e as motivações dos aprendentes. O testemunho de uma das formadoras entrevistadas é disso bem ilustrativo.

*“Entrevistador – Costuma planificar os temas de vida?”*

*Entrevistada – Sim, sim.*

*Entrevistador – Como é que isso costuma acontecer?”*

*Entrevistada – Normalmente a planificação primeiro decide-se com o grupo de formandos qual é que vai ser o tema de vida, eles é que escolhem e entre eles têm que decidir, portanto, neste caso, neste curso logo no início discutiram-se várias hipóteses dos temas de vida, então ficou mais ou menos alinhavado o que é que seria para o curso todo, não é, portanto, da primeira ideia para o primeiro tema de vida, ficaram logo ali outras em banho maria, digamos assim, para depois serem utilizadas então não foi muito difícil. No segundo tema de vida eles já não foram buscar a ideia anterior porque entretanto tiveram outras ideias por causa de desenvolverem o primeiro, também viram como é que era, então mudaram um bocadinho para o segundo tema de vida, o terceiro ficou logo decidido que seria a empregabilidade, técnicas de procura de emprego, legislação, etc, fazia sentido que quando eles fossem para o mercado laboral já tivessem trabalhado esta matéria mas eles é que decidem quais são os temas, quais são os subtemas dentro daquele tema, é evidente com o apoio dos formadores. Dentro desse tema então podem trabalhar isto, trabalhar aquilo, vamos lá pensar mais o que podemos trabalhar e eles próprios vão dando ideias (...)*

*“Entrevistador – Costumam fazer reuniões de planificação?”*

*Entrevistada – Sim, reuniões pedagógicas sim, depois de ter definido o tema de vida, então que actividades é que são necessárias desenvolver para chegar a este produto? Qual é produto final que se quer ter? Qual é que vai ser a apresentação? O que é que vai ser apresentado? Vai ser um filme? Vai ser um teatro? Vai ser um livro? Vai ser um PowerPoint? Vai ser uma exposição fotográfica? O que é que se pretende que saia daqui? Depois de já ter decidido o produto final então que passos é que nós temos que dar chegar a esse produto final? No primeiro tema de vida fez-se uma exposição aqui na sala de exposições da Associação em que o grupo da alimentação saudável, construiu uma*

*roda de alimentos, com alimentos mesmo, com a carne, com o peixe, com o queijo, com o iogurte, o leite, os legumes frescos, os cereais, pão, fomos adquirir as coisas de manhã, construiu-se a roda, depois é evidente que os produtos foram-se estragando e tivemos que ir retirando os alimentos na roda e substituindo por outros de plástico (sorriso) mas nos primeiros dias tiveram mesmo os alimentos reais, e aí pronto, foi planificado. E que formadores é que poderiam entrar? O formador de matemática para desenhar a roda com as percentagens dos alimentos, desenhar uma roda dos alimentos numa cartolina com as percentagens. Isto foi ele que apoiou, depois a formadora de nutrição com os alimentos dentro de cada componente da roda e forma adquirir as coisas com ela e tudo mais. Portanto, fazem-se reuniões mas funcionamos muito por email”*

O trabalho pedagógico, o currículo e a planificação resultam assim de uma construção social que se faz a partir de acordos localmente negociados numa acção que se faz fazendo o que dá uma enorme relevância ao operador conceptual *agir poiético* para uma leitura da acção conjunta na implementação da acção pública.

## **5. Reflexões finais**

A acção pública no âmbito das políticas públicas de educação de adultos em Portugal é hoje marcada por uma complexidade crescente dos actores, dos dispositivos, dos instrumentos da acção pública e das entidades que dela participam. A Iniciativa Novas Oportunidades é um bom exemplo ilustrativo dessa crescente complexidade. Sindicatos, Câmaras Municipais, Escolas, Centros de Formação Profissional, entidades privadas de formação profissional, associações de desenvolvimento local, constituem hoje redes de acção pública que em parceria participam da produção da medida. Também os educadores e formadores de adultos que se apropriam do programa nos terrenos quotidianos onde o implementam estão marcados pela heterogeneidade. Sociólogos de formação, psicólogos, educadores sociais, engenheiros informáticos, enfermeiros, licenciados em línguas e literatura, cozinheiros, técnicos de hotelaria, participam numa acção que se quer conjunta para em articulação projectar as práticas e implementar as políticas. A apropriação e os sentidos atribuídos à medida pelos principais actores que têm a responsabilidade da sua implementação também são atravessados por fortes tensões e contradições. A medida pode ser perspectivada como produtora de injustiça para uns e ao mesmo tempo perspectivada como produtora de justiça para outros. As representações dos técnicos sobre os beneficiários da formação nem sempre são de sentido positivo dando a perceber um conjunto forte de representações negativas sobre muitos dos adultos que frequentam o programa. A aposta estatal na massificação e na certificação massiva entra em tensão com o trabalho dos formadores sobre a singularidade de cada adulto. As temporalidades da acção pública são diferencialmente percebidas nas suas urgências consoante elas são apreendidas em diferentes níveis de intervenção nas políticas. Para uma boa parte dos técnicos a medida deveria ser selectiva e aberta só para alguns dos destinatários enquanto ao nível da decisão política a medida deve ser marcada pela integração universal dos indivíduos no programa. Para os técnicos e formadores entrevistados no terreno o Estado não faz uma escuta activa como “*deveria fazer*” no seu entender de modo a que se concretizasse uma co-construção colectiva da acção pública. Pensamos que uma abordagem a partir de baixo que se centre numa escuta atenta dos indivíduos e que permita uma compreensão dos terrenos em profundidade é uma abordagem com enorme potencialidade na análise sociológica das políticas. É esta sensibilidade sociológica que quisemos deixar registado neste texto. A combinação de uma sociologia da acção pública com uma sociologia da individuação e aquilo que poderíamos chamar uma sociologia da acção poiética na construção de um modelo analítico tríplico parece-nos ser prometedora para uma leitura do social em contexto de incerteza estrutural.

## Referências

- Astier, Isabelle (2003), “L’irruption de l’individu concret dans le service public: du travail sur autrui au travail avec autrui”. Comunicação apresentada nas *IX Journées de Sociologie du Travail*, 27-28 Novembre, Paris.
- Carvalho, Luís Miguel (2015). As Políticas Públicas De Educação Sob O Prisma Da Acção Pública: esboço de uma perspectiva de análise e inventário de estudos, *Currículo sem Fronteiras*, v. 15, nº 2, p.314-333.
- Crozier, Michel (1964). *Le Phénomène Bureaucratique*. Paris: Éditions du Seuil.
- Crozier, Michel e Friedberg, Erhard (1997). *L’acteur e le système – Les contraintes de l’action collective*. Paris: Édition du Seuil.
- Crozier, Michel (1995). *La crise de l’intelligence. Essai sur l’impuissance des élites à se réformer*. Paris: InterEditions.
- Dubet, François (1996). *Sociologia da Experiência*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Dubet, François (2002). *Le Déclin De L’Institution*. Paris: Éditions du Seuil.
- Haenni-Emery e Soulet, Marc-Henri (2006). “L’institution incertaine”. *Les Cahiers de Rhizome: Reinventer L’Institution*, nº 25, pp. 4-7.
- Hassenteufel, Patrick (2008). *Sociologie Politique: L’Action Publique*. Paris. Armand Colin.
- Hiernaux, Jean-Pierre (1997). “Análise estrutural de conteúdos e modelos culturais: aplicação a materiais volumosos”. In Albarello, Luc *et al*, *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, “Coleção trajectos”. Lisboa: Gradiva.
- Jobert, Bruno e Muller, Pierre (1987). *L’État en action*. Paris: PUF.
- Jobert, Bruno (Dir.) (1994). *Le Tournant Néo-Liberal En Europe*. Paris: L’Harmattan.
- Martins, João (2014). *Das Políticas Às Práticas De Educação De Adultos. Lógicas de Acção, Sentidos e Modos De Apropriação Localmente Produzidos*. Lisboa: Colibri.
- Martuccelli, Danilo (2006). *Forgé par l’épreuve. L’individu dans la France contemporaine*. Paris: Armand Colin.
- Martuccelli, Danilo (2007). “La sociologie aux temps de l’individu”, *Revue pluridisciplinaire en science de l’homme et de la société*, numéro 5. L’individualité, object problématique des sciences humaines et sociales, Dezembro 2007, Disponível em <http://www.revue-interrogations.org>, pp.65-84.
- Martuccelli, Danilo (2010). *La Société Singulariste*. Paris: Armand Colin.
- Martuccelli, Danilo e Singly, François de (2012). *Les sociologies de l’individu. Domaines e Approches*. Paris: Armand Colin.
- Padioleau, Jean-Gustave (1982). *L’État au concret*. Paris: PUF.
- Simon, Herbert (1945). *Administrative Behavior*. New York: Free Press.
- Soulet, Marc-Henri (2006). “Confiança e capacidade de acção. Agir em Contexto de In-quietude”. In Balsa, Casimiro (Org.), *Confiança e Laço Social*. Lisboa: CEOS – Investigações Sociológicas e Edições Colibri.